



Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial - SC

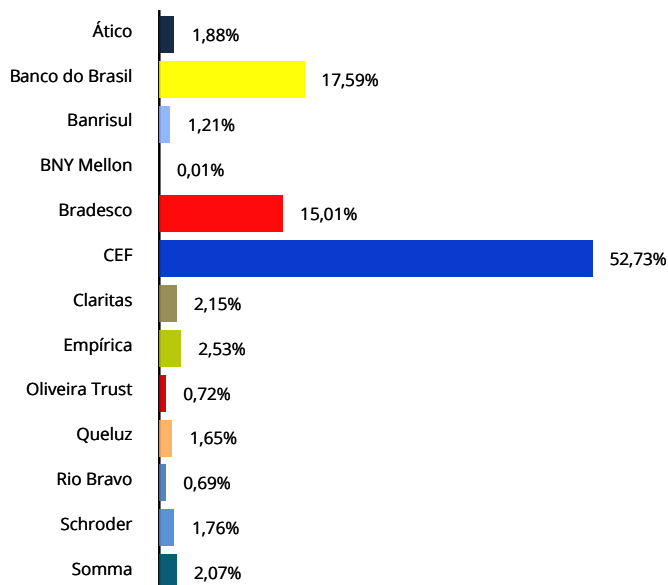
Relatório da Carteira de Investimentos

ABRIL

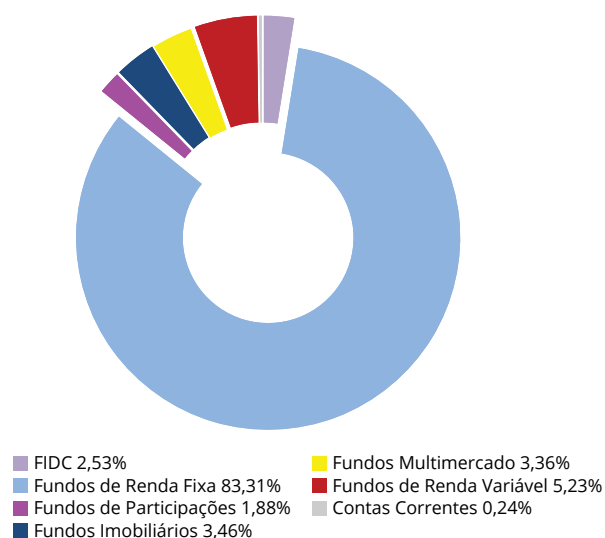
Os recursos do INDAPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



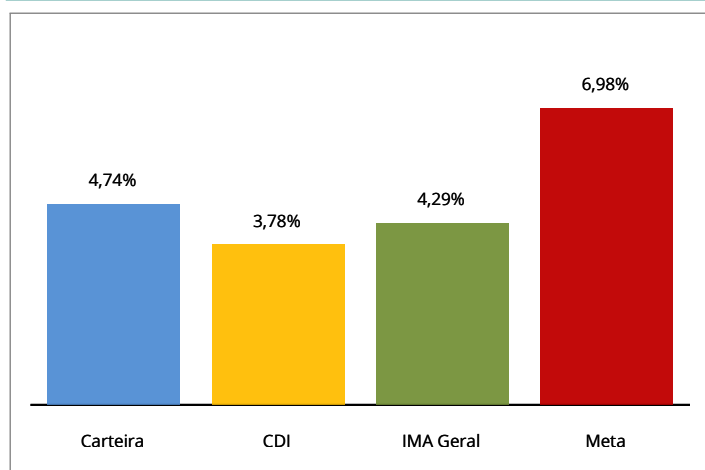
Distribuição da Carteira por Segmento



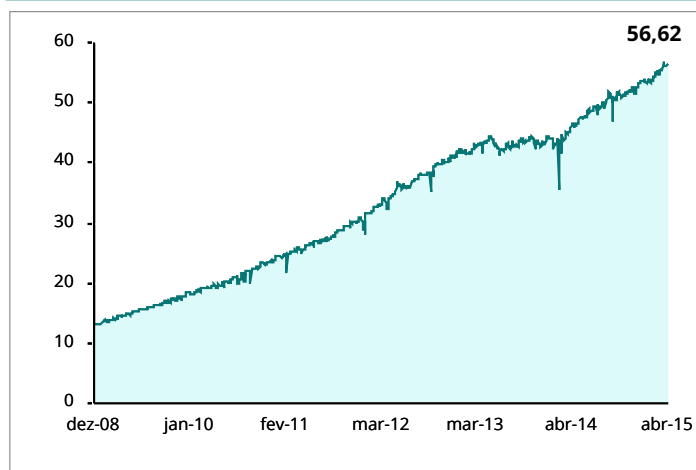
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

	COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
INDAPREV		1,58%	4,74%	11,45%
CDI		0,95%	3,78%	11,35%
IMA Geral		1,59%	4,29%	12,07%
Meta Atuarial - INPC + 6 %		1,20%	6,98%	14,74%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do INDAPREV tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

O mês foi marcado no cenário internacional pela diferença na perspectiva de liquidez entre a política monetária americana e a dos demais países do mundo. Continua claro que o Comitê de Política Monetária do Fed está determinado a elevar os juros ainda neste ano, embora não se saiba exatamente quando. Na Zona do Euro, o plano de relaxamento monetário (Quantitative Easing) ocorreu pelo segundo mês e, naturalmente, está aumentando a quantidade de moeda disponível na região. A Grécia teve sua nota de risco rebaixada para risco alto de inadimplência (antes era grau especulativo, mas de baixa classificação), e, na Ásia, o Japão também foi rebaixado, embora tenha se mantido como um país de baixo risco.

Os dados de atividade da economia americana no mês de abril continuaram a mostrar um país em desaceleração. Em sua primeira prévia, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu apenas 0,2% anualizados no primeiro trimestre do ano, enquanto nossa expectativa e a mediana do mercado era de crescimento de 1% anualizados. Vale lembrar que, no início do ano, esperava-se um crescimento do PIB americano próximo a 3% anualizados, muito mais do que o país efetivamente cresceu.

O resultado ruim do PIB americano refletiu na moderação do consumo, retração do investimento fixo e nas exportações e aumento das importações. O consumo havia crescido 4,4% no último trimestre de 2014, e se expandiu apenas 1,9% no início de 2015; o investimento fixo passou de uma expansão de 4,5% para uma queda de 2,5%; as exportações haviam se elevado em 4,5% no final do ano passado, mas retraíram 7,2%; e as importações, que têm contribuição negativa para o PIB, tiveram seu crescimento moderado de 10,4% para 1,8%. Todas estas informações nos fizeram revisar para 1,8% o crescimento americano deste ano.

No mesmo dia em que foi divulgada a prévia do PIB, houve também a decisão de taxa de juros por parte do FOMC. Conforme era amplamente esperado, o Comitê de Política Monetária optou por manter a taxa de juros entre 0% e 0,25% a.a. No entanto, o comunicado da reunião foi, em nossa visão, muito otimista com relação à situação da economia americana, pois ponderou que a atividade ruim no início deste ano é reflexo de fatores temporários que estão agindo sobre a economia. Mais especificamente, o comitê se referiu ao inverno, que neste ano foi novamente mais rigoroso do que o normal e prejudicou a atividade. Além disso, também houve referência à baixa inflação (em -0,1% a.a) como resultante de preços de energia declinantes, que não devem se manter tão baixos no médio prazo, na visão do Comitê. Assim, apesar dos dados da economia americana não estarem com viés positivo, voltou para a mesa a possibilidade da elevação dos juros ocorrer já em junho deste ano, na próxima reunião do Comitê.

Colocamos na carta de março que não há motivos econômicos suficientes para justificar que a elevação dos juros ocorra na reunião de junho – e continuamos acreditando nisso. No entanto, há alguma chance do Banco Central americano decidir iniciar este aumento de juros na próxima reunião por razões políticas, e não econômicas. Economicamente, seria preferível que o BC esperasse a inflação do país chegar mais próxima de 1% (dado que sua meta de inflação é de 2% a.a.) antes de iniciar este processo – dito de outra forma, faria mais sentido aguardar até o ano de 2016.

Na Zona do Euro, não fossem os gregos, teríamos apenas boas notícias vindas da região. Ao longo do mês de abril, a Grécia voltou a ameaçar que não pagaria os juros de sua dívida, por não ter condições financeiras suficientes para realizar este pagamento. Assim, o país precisaria de um perdão parcial de sua dívida. O grande problema é que a Grécia não está cumprindo com o ajuste fiscal defendido pelo Banco Central Europeu, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Comissão Europeia. O acordo feito com os gregos previa que o país atingisse uma meta de superávit primário de 3% em relação ao PIB, mas as projeções atuais indicam que o país terá, na verdade, um déficit de 1,5% em relação ao PIB. Acreditamos que uma solução combinada entre o perdão parcial da dívida e um novo compromisso de austeridade grego será alcançada, mas certamente teremos um período de turbulência até lá. Durante o mês de abril, o CDS (Credit Default Swap) de seis meses variou de 7 mil para 8 mil pontos.

Apesar das más notícias vindas do país helênico, no restante da Zona do Euro os dados continuam mostrando uma economia em recuperação, ainda que a região permaneça com uma perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos. A deflação converteu-se, finalmente, em inflação igual a 0% e tende a continuar caminhando em terreno positivo. A confiança dos consumidores aponta melhora, assim como os resultados de produção industrial e vendas no varejo. Dentro deste contexto, permanecemos moderadamente otimistas com relação à Zona do Euro e mantemos a projeção de crescimento de 1,3% para o bloco.

Na Ásia, o cenário para a China permanece sendo o mesmo relatado na carta de março: crescimento se reduzindo e inflação muito baixa, o que deverá estimular o Banco Popular da China a cortar os juros, reduzir o percentual mínimo de depósitos compulsórios e o Governo Chinês a realizar novos estímulos monetários.



O Japão, for sua vez, teve sua nota de risco rebaixada pela Standard & Poor's para A. O país possui uma relação dívida/PIB de mais de 200%. Esta questão só não gera gigantescas preocupações para seu governo pelo fato de a maior parte da dívida do país estar nas mãos dos próprios japoneses – o que significa que o país depende pouco de recursos externos. A taxa de juros do Japão está entre as menores do mundo (0,10% a.a.), exatamente em decorrência do arraigado hábito de sua população em relação à poupança. Apesar de não ser desejável para um país, o rebaixamento da nota de rating não enseja maiores preocupações, dado que o Japão permanece com o grau de investimento e que o custo de sua dívida é muito baixo. Além disso, o governo japonês está desde a década de 90 tentando tirar o país de sua estagnação econômica, para que sua economia passe a crescer, e assim, a trajetória de sua dívida seja mais benigna. Uma política fiscal contracionista no país poderia dificultar ainda mais a volta ao crescimento.

Renda Fixa

Ao longo do mês de abril, a desaceleração da economia brasileira e as dificuldades do governo em aprovar as medidas de ajuste fiscal no Congresso foram os principais assuntos do mês. Mais uma vez, o Ministro da Fazenda Joaquim Levy mostrou muita dedicação e empenho em aprovar as medidas de redução de gastos. Levy até ganhou um aliado: o vice-presidente Michel Temer (PMDB), que foi escolhido pela Presidente como articulador político. Em que pese os muitos esforços de Temer, o avanço das propostas de ajuste fiscal ao longo do mês foi pequeno, sendo que as Medidas Provisórias 664 e 665 precisarão ser votadas até o final de maio para que não percam a validade.

Do ponto de vista da atividade, os dados do mercado de trabalho mostram de maneira muito clara que a economia brasileira realmente começou a andar para trás neste início de ano. A taxa de desemprego de março aumentou de 5,9% em fevereiro para 6,2%, estando agora no nível de 2012 – no acumulado em 12 meses, foram destruídos mais 300 mil empregos no Brasil, o pior resultado de toda a série histórica. Além de existirem menos oportunidades de emprego, o rendimento médio da população caiu pelo segundo mês consecutivo e agora se encontra no mesmo nível de agosto de 2013. Na carta de março, esperávamos que o desemprego ultrapassasse os 6,5% até o final de 2015. Neste momento, passamos a acreditar que a taxa poderá aumentar ainda mais e chegar a 7%.

No cenário político, embora a relação de Dilma com os demais partidos da base aliada permaneça muito frágil, avaliamos que as chances da presidente sofrer um impeachment se reduziram muito. Os principais líderes do PSDB demonstraram publicamente serem contra o impeachment da Presidente. O Senador Aécio Neves, candidato derrotado por Dilma nas eleições presidenciais do ano passado, chegou a aventar a possibilidade de iniciar um processo para tirar Dilma da presidência, mas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida o membro mais ilustre do partido, foi bastante enfático em sua posição de que não seria adequado para o Brasil, neste momento, um processo turbulento de troca de comando.

Os problemas políticos não puderam ser resolvidos, mas a melhora relativa nos ânimos ajudou a acalmar bastante os mercados e a fazer o dólar cair durante praticamente todo o mês de abril – chegou a tocar os R\$2,92, mas fechou o mês a R\$2,99.

No cenário fiscal, além de todo o debate sobre as MPs 664 e 665 (alteram os benefícios previdenciários e trabalhistas, respectivamente) que precisarão ser votadas em maio, teve destaque a definição da meta de superávit primário para 2016 e 2017: 2% do PIB. O número não é grande, mas considerando a situação tão fragilizada das contas públicas, se for atingido de maneira transparente, já teremos um grande avanço em nosso país.

Falando em transparência, o Tribunal de Contas da União não se mostra nada satisfeito com as contas públicas brasileiras dos últimos 2 ou 3 anos. O Tesouro Nacional atrasou por diversas vezes a transferência de recursos para a Caixa Econômica Federal referente aos pagamentos de algumas despesas do Governo que são feitas pelo banco. Desta forma, na visão do TCU, houve uma operação de empréstimo entre um banco público e o Tesouro, o que é vedado pela Lei da Responsabilidade Fiscal. A Advocacia Geral da União, por outro lado, entende que tais operações são absolutamente normais e não configuram uma operação de empréstimo. O debate pode esquentar os mercados nos próximos meses, dado que o atual Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, está entre os investigados.

Estas operações realizadas entre a Caixa e o Tesouro são um exemplo das “pedaladas fiscais” ocorridas ao longo do primeiro Governo Dilma. O problema é que tais práticas foram tão disseminadas que estão atrapalhando o resultado primário deste ano. O ministro Joaquim Levy está buscando “despedalar” os gastos públicos, isto é, realizar



todos os pagamentos tempestivamente, para mostrar os resultados como eles efetivamente são. No entanto, a cada novo resultado primário mensal divulgado, fica mais evidente que não será possível “despedalar” tudo e ainda cumprir a meta de superávit primário. Até o mês de março, o resultado primário do Governo estava em apenas R\$19 bilhões, enquanto a meta para o ano é de R\$66 bilhões. Seria relativamente simples cumprir a meta do ano – faltam R\$47 bilhões de superávit a serem obtidos nos próximos 9 meses – no entanto, é dificilmente mensurável o valor das “pedaladas” que ainda precisarão ser desfeitas.

Levy, felizmente, ainda tem uma carta na manga: o ministro anunciou que divulgará nas primeiras semanas de maio um programa de concessões, que trará novas receitas ao Governo Federal e estimulará os investimentos em infraestrutura. As perspectivas para o anúncio são muito positivas.

Por fim, na política monetária, o Copom decidiu elevar a Taxa Selic em mais 0,50 p.p., em linha com a nossa expectativa e com o que a maior parte do mercado passou a esperar nas semanas anteriores à reunião. A meta da Taxa Selic está agora em 13,25% a.a. Permanecemos acreditando que o Banco Central deverá continuar sinalizando comprometimento em levar a inflação de 2016 para 4,5% e, portanto, precisará elevar a meta da Selic para 13,75% a.a. na reunião de junho, finalizando o aperto na reunião de julho, ao colocar a taxa em 14% a.a.

Abril começou otimista e terminou ansioso. Ainda no reflexo da fala do ministro Levy na Câmara, no dia 31 de março, e ad ata do FOMC, divulgada no dia 8 de abril, os mercados estavam otimistas com as perspectivas de votação das medidas de ajuste fiscal e de que o aumento dos juros americanos não viriam em junho. Com o passar dos dias, as medidas de ajustes não foram colocadas em votação e o povo novamente tomou as ruas no dia 12. Conforme o final do mês se aproximava, a ansiedade do mercado aumentava, com a expectativa dos resultados de vários dados econômicos que sairiam na última semana de abril, com destaque para a reunião do COPOM e para o pronunciamento do FOMC com um tom mais otimista em relação a economia americana, gerando especulações de que os juros pudessem ser elevados já em junho.

No Brasil, as curvas de juros curtos e longos iniciaram o mês em movimento de fechamento. Nos primeiros dias de abril, a parte curta da curva já caía 1,27% e a parte longa 4,10%. O mercado acreditava que o planalto teria entendido a urgência do ajuste fiscal para evitar o rebaixamento da nota da classificação de risco do Brasil. O humor começou a mudar na terceira semana do mês, após a nova onda de manifestações. O movimento das taxas reverteu. As curvas de juros abriram, fechando o mês com uma alta de 1,8% na ponta curta. Já a ponta longa recuperou a parte da perda, fechando em queda de apenas 1,5%. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F16, com vencimento em janeiro de 2016), abriram o mês a 13,43% a.a. e fecharam em 13,67% a.a., após bater a mínima de 13,26% a.a. Os juros de longo prazo (FUT DI1 F21, com vencimento em janeiro de 2021) que abriram o mês em 12,93% a.a. e fecharam em 12,74% a.a., após de bater a mínima de 12,40% a.a. Os índices de renda fixa IMA-B e IRF-M encerraram o mês em alta. O IMA-B fechou em 2,44% e o IRF-M fechou em 1,09%. O CDI apresentou variação de 0,946% no mês de abril.

Em relação ao dólar, o que pesou mais no movimento da moeda foi o cenário externo. A moeda americana apresentou um movimento de depreciação em relação ao real durante todo o mês, fechando em queda de 6,7% após bater a mínima de 9,8% de queda em 28 de abril. Os principais motivos foram os sinais de fraqueza das economias dos Estados Unidos e da China, levando ao enfraquecimento da moeda no exterior. Outro fator foi a valorização do euro em relação ao dólar com a melhora nas expectativas do desfecho das negociações da dívida Grega. As taxas de juros de longo prazo dos títulos americanos apresentaram alta no mês. Os juros de 10 anos, por exemplo, fecharam o mês março em 1,9231% a.a. e abril em 2,0317% a.a., com alta de 5,6%. A moeda americana fechou março cotada em R\$ 3,208 e abril em R\$ 2,9936.

Renda Variável

O mês de abril começou mostrando como seria o mercado de ações até o fechamento do mês. Uma alta acima de 2% já no primeiro dia e rumando aos 10%, com grande fluxo dos investidores estrangeiros. Nenhum evento colocou em cheque o movimento altista da Bovespa, seja a mudança da perspectiva negativa para o rating do Brasil pela Fitch (agência de classificação de risco), desaceleração da economia chinesa, elevação da taxa Selic pelo Copom ou o aumento do desemprego. O mercado só teve olhos para a melhora do ambiente político com a escolha do vice-presidente Michel Temer para a articulação política do governo.

Os destaques positivos do mês de abril na bolsa brasileira foram a Petrobrás e a Vale. A recuperação dos preços do minério de ferro aliada à forte depreciação dos preços da Vale nos últimos meses, impulsionaram as cotações da



mineradora. As ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás dispararam em quase 50% de alta somente neste mês. Desta forma, 57% do movimento de alta do Ibovespa foi resultado destas duas empresas que possuem pesos relevantes na carteira do índice.

A grande dúvida que adicionava uma alta dose de risco ao mercado foi solucionada com a publicação do balanço auditado de 2014 da Petrobrás. As perdas com os casos de corrupção foram estimadas em R\$ 6,2 bilhões, a baixa por desvalorização dos ativos (impairment) foi de R\$ 44,3 bilhões, além de um registro de prejuízo anual de R\$ 21,6 bilhões. A baixa contábil total foi de R\$ 50,8 bilhões, entretanto, o fato foi bem digerido pelo mercado e a Petrobrás engatou uma forte alta, gerando um ambiente positivo também para os demais setores. Entretanto, a empresa apresenta forte endividamento, ainda pode registrar novas perdas com os casos de corrupção e, apesar da melhora dos preços do petróleo nas últimas semanas, a tendência de longo prazo ainda é de queda.